



Exposição Sudários na Igreja do Glicério em 2016 - Miguel Ahumada. Fonte: <http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2015/12/exposicao-de-rostros-mision-paz.html>. Acesso em: mar. 2017.

Lugares de memória e consciência: as territorialidades dos bolivianos em São Paulo

Rebeca Lopes Cabral¹

Orientador: Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal (EC)

Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida entre 2015-2016 com financiamento FAPESP/ Pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso junto à Escola da Cidade em 2016

Resumo

Memória, história e cidade possuem ligações íntimas e complexas, passíveis de diversas abordagens e compreensões. Uma compreensão possível dessas ligações parte da definição clássica de cidade na tradição culturalista: a cidade entendida como fruto da mão de obra coletiva, construída pelo movimento constante de sobreposições e desconstruções, em parte desaparece e em parte permanece com o passar do tempo (GORELIK, 2009). Nessa perspectiva, entende-se que a violência transforma a cidade e suas formas de representação. Não à toa, lugares relacionados a massacres, desastres, traumas e violências vêm sendo exigidos pela população civil como provas legais, espaços simbólicos, didáticos e, principalmente, de afirmação dos direitos humanos. Passível de ser compreendida à luz dessas reflexões é a territorialidade dos bolivianos em São Paulo. Apesar de já serem mais de 350.000 na grande São Paulo, sua presença na vida pública da cidade, nos transportes, praças, vias, é ainda pouco notável. Tendo em vista que tal condição não deve ser confundida com total ausência (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010), cabe aqui debater as possibilidades de inclusão mais igualitária desses imigrantes no espaço público. Busca-se, no limite, olhar para o caso emblemático como meio de refletir acerca das possibilidades de afirmação dos direitos humanos a partir e através do espaço público.

Palavras-chave

memória; violência; imigração

Places of memory and conscience: the territorialities of Bolivians in São Paulo

Memory, history and city have intimate and complex connections, various possible approaches and understandings. A possible comprehension of those connections comes from the classical definition of city in the culturalist tradition: the city understood as result of a collective work, is built by the constant movement of join and deconstruction, which in part disappears and in part remains in time (GORELIK, 2009). In this perspective, it is understood that the violence transforms the city and its forms of representation. No wonder, places related to massacres, disasters, trauma and disasters, has been constantly required by the civilian population as legal evidence, symbolic and educational spaces and, mainly, as affirmation of human rights. The territoriality of Bolivians in São Paulo is a theme that can be understood in the light of these reflections. Despite being more than 350,000 in greater São Paulo, their presence in public life of the city, transport, parks, streets, is still not notable. Considering that such a condition should not be confused with total absence (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010) this article pretends to discuss the possibilities of a more egalitarian inclusion of these immigrants in the public space. In its limit, the objective is to look at the emblematic case as a way to reflect on the possibilities of affirmation of human rights from and through the public space.

Key-words

memory; violence; immigration

Lugares de la memoria y la conciencia: la territorialidad de los bolivianos en São Paulo

Memoria, historia y ciudad tienen vínculos íntimos y complejos, diferentes posibilidades de enfoques y concepciones. Una comprensión posible de estas relaciones parte de la definición clásica de la ciudad de la tradición culturalista: la ciudad entendida como el fruto del trabajo colectivo, construido por el constante movimiento de superposiciones y deconstrucciones, en parte desaparece y en parte queda con el paso del tiempo (GORELIK, 2009). En esta perspectiva, se entiende que la violencia transforma la ciudad y sus formas de representación. No es sin razón que los lugares relacionados con masacres, desastres, trauma y violencias han sido exigidos por la población civil como prueba legal, espacios simbólicos, didácticos, y principalmente de afirmación de los derechos humanos. Se puede entender a la luz de estas reflexiones la territorialidad de los bolivianos en São Paulo. A pesar de ser más de 350.000 en la grande São Paulo, su presencia en la vida pública de la ciudad, en los transportes, parques, plazas y calles, es todavía poco notable. Teniendo en cuenta que tal condición no se debe confundir con la ausencia total (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010), se pretende discutir aquí las posibilidades de inserción más igualitaria de estos inmigrantes en el espacio público. Al límite, el objetivo del artículo es mirar el caso emblemático como un medio para reflexionar sobre las posibilidades de afirmación de los derechos humanos desde y a través del espacio público.

Palabras-clave

memoria; violencia; inmigración

Memória, história e cidade possuem ligações íntimas e complexas, passíveis de diversas abordagens e compreensões. Uma compreensão possível dessas ligações parte da definição clássica de cidade na tradição culturalista:² a cidade entendida como fruto da mão de obra coletiva, construída pelo movimento constante de sobreposições e desconstruções, em parte desaparece e em parte permanece com o passar do tempo (GORELIK, 2009). Nessa perspectiva, parte-se da ideia cunhada por Pierre Nora em sua obra de três volumes *Les lieux de mémoire* (NORA, 1984; 1987; 1992). Em seu trabalho, o autor afirma que os lugares da cidade são palco e agentes de acontecimentos e, assim, tornam-se capazes de favorecer reconexões com identidades e tradições históricas (CYMBALISTA, 2016). Ao acontecer ali, o fato histórico fica intimamente conectado ao local, e as memórias, assim, possuem uma ligação inerentemente topográfica, histórica e espacial. Esses lugares marcados pela história, por sua vez, são capazes de produzir novos vínculos e dinâmicas sociais³ (DOLFF-BONEKÄMPER, 2010). O autor aplicou essa ideia a todas as dimensões da vida material. Para este texto, contudo, interessam lugares que se configuram ou são acessíveis – ao menos visualmente – desde o espaço público.

No final do século XX, a literatura começou a problematizar a obra de Nora. Principalmente por sua preocupação central recair sobre a extinção de um Estado nacional francês, laico e republicano, que ele via ameaçado no final do século XX (CYMBALISTA, 2016), o que o levou a desconsiderar grupos historicamente marginais.⁴ Nesse sentido, autores como Dolores Hayden (1994, p.9 *apud* PROJETO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) apontavam a necessidade de trazer a público esses diversos grupos e temas relacionados – tais como questões de gênero, etnia, raça. Para isso, segundo ela, é essencial a procura por novos tratamentos para a cidade, que busquem a inclusão mais igualitária desses grupos na sociedade.

Sua ideia ganha ainda mais espaço nos anos 1980. Em um cenário de vulnerabilidade – cultural, política e econômica – dos países afetados por catástrofes e de intensificação da globalização, a divulgação dos debates sobre o Holocausto, enquanto ferida maior do Ocidente (VEZZETTI, 2010), despertou ações voltadas para os contextos locais (HUYSSSEN, 2000). Receberam especial atenção outras “memórias dolorosas” (DIÉGUEZ, 2012; DOLFF-BONEKÄMPER, 2002) ou

“memórias traumáticas”⁵ (HUYSSSEN, 2000; 2014). Desse modo, no rastro dos movimentos de descolonização dos anos 1960 (HUYSSSEN, 2000), consolidavam-se grupos que mobilizavam suas memórias como ferramenta política na busca por justiça e igualdade. Nos casos de violência de Estado, por exemplo – o Holocausto, as ditaduras latino-americanas, o *apartheid*, apenas para dizer alguns –, os lugares relacionados aos crimes são até hoje reclamados pela população civil como espaços simbólicos, didáticos e provas legais dos ocorridos. Trata-se do entendimento de que, nas palavras de Diéguez citando Appel (2007, p.43) “se queremos combater a barbárie é preciso mostrá-la, narrá-la, denunciá-la para que amanhã não digam que isso nunca aconteceu e para que a sociedade que se mobiliza contra essa violência não pare de agir” (APPEL *apud* DIÉGUEZ, 2007, p.43). Mais que isso, segundo Andreas Huyssen (1984), tais movimentos fazem parte de uma tomada de consciência histórica frente aos atrozes eventos que caracterizaram o século XX.

Entretanto, reconhecer essas camadas de memória no espaço público não é uma tarefa simples. Implica um esforço de deslocar o olhar “do espaço em si até seus modos de representação, as geografias e cartografias como tentativa de (d)escrever o espaço, não como substância, mas como efeito, não como essência, e sim como relação” (HUFFSCHIMID, 2012, p.19). Compreender a espacialização das diferentes memórias exige, então, enxergar esses lugares como cenários de disputas entre personagens, grupos, grupos dentro de grupos e Estado. Conflitos esses que possuem raízes profundas e vão além das preferências ou posições ideológicas: estão intimamente conectados com o modo como cada indivíduo expõe sua memória mais íntima e como desejaria transmiti-la. No espaço público, evidenciam-se, assim, diferentes movimentos de resistência, de autorrepresentação e autoafirmação (DI CORI, 2005) que, em comum, buscam narrativas representativas justas, que sejam capazes de ser legitimáveis pelo Estado e de transmitir informações sobre o passado (VEZZETTI, 2010).

Passível de ser compreendida à luz dessas reflexões é a territorialidade dos imigrantes provenientes da Bolívia em São Paulo. Apesar de já serem mais de 350.000 imigrantes na grande São Paulo (LACHINI, 2014), sua presença na vida pública da cidade, nos transportes, praças, vias é ainda pouco notável. Tendo em vista que tal

condição não deve ser confundida com total ausência (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010), cabe aqui debater as possibilidades de inclusão mais igualitária desses imigrantes no espaço público. Busca-se, no limite, olhar para o caso emblemático como meio de refletir acerca das possibilidades de ações na cidade que cooperem para a afirmação dos direitos humanos a partir e através do espaço público. Afinal [o espaço público] historicamente tido como democrático, é capaz de trazer à tona marcas dos mais diversos tipos de violências, das quais nosso primeiro instinto, talvez, seja desviar o olhar. A imigração boliviana no Brasil teve início na década de 1950, com o pacto de intercâmbio firmado entre os dois países. No começo, tratava-se de estudantes que vinham para as universidades brasileiras, muitos dos quais, enxergando melhores oportunidades profissionais, optaram por permanecer. Contudo, o ponto de inflexão aconteceu com o fortalecimento da indústria têxtil nos anos 1970. Nesse momento, o modismo estadunidense, que era divulgado no Brasil por meio das mídias, impulsionava a multiplicação de confecções e comércios. As oficinas, então, passaram a carecer de mão de obra barata para se sustentar; vislumbrava-se, nos imigrantes bolivianos, assim, uma oportunidade para suprir essa necessidade (COUTINHO, 2011). Boa parte deles vem ilegalmente trabalhar no país, ficando sem direitos trabalhistas garantidos pela constituição brasileira, passando a constituir mão de obra mais barata e rentável, já que são mais vulneráveis à exploração.

Nos anos 1990, o mercado brasileiro se abriu para os produtos asiáticos e a competitividade entre a indústria têxtil nacional e internacional se estreitou (SILVA, 2003). Acompanhando tais mudanças e conectados por uma rede de parentesco em que pais, primos, filhos chamam seus parentes e amigos, o número de bolivianos que chegava não parou de crescer: a população aumentou aproximadamente 173% entre 2000-2010,⁶ chegando a 200.000 e, atualmente, acredita-se que cheguem aos 500 mil, incluindo os imigrantes ilegais.

O perfil dos bolivianos que hoje chegam aqui é completamente distinto dos que chegaram nos anos 1950. São homens e mulheres jovens, de classe média, oriundos de várias cidades da Bolívia e que vêm, na maioria, trabalhar no setor têxtil, seduzidos pela promessa de bons salários feitas pelos donos de confecções coreanos, brasileiros ou bolivianos. Trata-se de

pessoas que se deslocam “para fugir da pobreza e de uma economia de subsistência e, assim, vislumbrar, alguma possibilidade de mobilidade social” (SILVA, 1997), atraídos pela imagem de um lugar de oportunidades. A decisão de deixar de um lugar de oportunidades. A decisão de deixar seu país, cidade, casa, amigos e família certamente não é fácil, mas é movida pela esperança de melhores condições de vida no país de destino. Como qualquer processo migratório, ancora-se em ideias que “são veiculadas, em geral, pela imprensa, ou ainda pelos agenciadores de imigrantes no local de partida” (SILVA, 2006, p.157), e que permitem construir no horizonte o desejo de retorno em melhores condições (SAYAD *apud* SILVA, 2006).

Como afirmam Cymbalista e Rolnik (2010), a partir dos cinquenta depoimentos por eles coletados, para os bolivianos não falta trabalho no setor têxtil. Afinal, “do trabalhador se exige apenas muita coragem para se adaptar às condições insalubres de trabalho, uma vez que é um setor no qual não há nenhuma regulamentação trabalhista” (SILVA, 2006, p.160). Apoiando-se no modelo da “acumulação flexível” do capital, ganha-se pela quantidade de peças que se é capaz de costurar. Para acumular uma pequena quantia de dinheiro, que gira em torno de R\$ 500,00 mensais, são estimulados – seja por via de ameaças dos patrões, seja pelas dívidas que acumulam – a jornadas de doze ou mais horas de trabalho, em condições insalubres (COUTINHO, 2011).

Entretanto, as violências contra a comunidade não param por aí. Um episódio notável foi em 2013, quando cerca de três mil pessoas se reuniram na Av. Paulista para protestar contra a morte de um menino de apenas 5 anos, na oficina onde seus pais trabalhavam. Lá, relatos como os dos manifestantes José Luiz Laura e Morena Suazo, publicados na mídia, denunciavam os sistemáticos casos de assalto, estupro, *bullying*, maus tratos em escolas e hospitais (BOLIVIANOS..., 2013). A situação também foi reconhecida pelo poder público. No mesmo ano, o Ministério Público, observando um aumento expressivo nos casos de violência doméstica contra mulheres latino-americanas, especialmente com as bolivianas, lançou a cartilha *Mujer da vuelta la pagina* (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2012). Desse modo, se por um lado episódios como esses estão relacionados com a condição ilegal dos imigrantes, e uma consequente vulnerabilidade decorrente do medo de realizarem a denúncia; por outro, como afirmam os

relatos, são sistematicamente de caráter feminicida, racista e xenofóbico.

Em seu artigo *Migration and the marginal man* (1928),⁷ Robert Park afirma que, na medida em que uma cultura está sempre tentando invadir a outra, a convivência entre grupos de diferentes nacionalidades é extremamente conflituosa.⁸ O processo de assimilação, entre as distintas comunidades, é difícil, lento e nunca acontecerá integralmente, especialmente quando se trata de imigrantes fisicamente distintos. Para o autor, o principal obstáculo não são as diferenças mentais, e sim físicas. Imigrantes como os bolivianos em São Paulo, majoritariamente de descendência indígena, nunca serão indistinguíveis na massa cosmopolita. Carregam em seus corpos o passado difícil dessas comunidades, que foram sistematicamente dizimadas e vítimas de preconceitos – e, ao que consta, o são até hoje.

Tais condições proporcionam um vínculo bastante particular com a cidade. As confecções viram sua casa e seu espaço de sociabilidade, de modo que “durante a maior parte do tempo [a sociabilidade] ocorre nos espaços de ‘privacidade coletiva’ das oficinas de costura, onde se trabalham longas e exaustivas horas, onde se come, onde se dorme” (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010). Diferem-se das territorializações comuns a imigrantes e “minorias” étnicas – como guetos americanos, *banlieue*, enclave étnico – caracterizados pelo índice elevado de desemprego e pela ocupação de áreas periféricas (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010). Além de não faltar emprego – já que não se exige experiência ou documentação – os imigrantes se instalam nos bairros das confecções e comércios de vestuário, localizados em maior parcela na zona central da cidade – principalmente no Bexiga, Bom Retiro, Brás, Barra Funda e Belém, e a minoria em bairros mais afastados, como Vila Maria, Guarulhos, São Miguel Paulista, entre outros.⁹ Nas ruas desses bairros circulam mais frequentemente os donos da confecção, que saem para comprar materiais ou realizar tarefas administrativas. Já a presença da maioria é “tímida e constrangida” (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010, p. 126) e tornam-se visíveis especialmente em três locais: a feira da Kantuta, a feira da rua Coimbra, no Brás, a Igreja do Glicério (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010).

Criada em 1995, a feira da Kantuta acontece aos domingos, no Bom Retiro, quando chega a receber cinco mil pessoas. Lá se encontra de

tudo. Os visitantes, que também incluem brasileiros, desfrutam das barraquinhas, produtos típicos, procuram trabalho, jogam futebol, e até mesmo fazem ligações de telefones clonados a preço mais barato para seu país. Durante o Carnaval acontecem também apresentações de danças típicas (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010). A feira na rua Coimbra, no Brás, por sua vez, assemelha-se à Kantuta. Todos os sábados, desde 2003, reúnem-se semanalmente ali cerca de 6 mil pessoas, das quais 85% são bolivianas. Assim como a Kantuta, segundo o cônsul Jaime Valdivia Almanza. “É a feira de quem veio para cá servir de mão de obra na indústria da costura. É uma referência para o povo boliviano. Aqui (na feira) podem conseguir emprego, mandar recado ou dinheiro para a Bolívia” (PALHARES, 2012). Ambas as feiras tornaram-se, desse modo, os principais pontos públicos de sociabilidade da comunidade.

Já a Igreja Nossa Senhora da Paz, ou Igreja do Glicério (o terceiro ponto) é conhecida por receber os imigrantes recém-chegados de várias nacionalidades, entre eles bolivianos e haitianos. Ali encontra-se a Pastoral do Imigrante, que faz assistência jurídica e psicológica; bem como a Casa do Imigrante, um albergue para os mesmos. Além disso, o local sistematicamente recebe comemorações e festas típicas (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010, p.127).

Acredita-se que, se por um lado esses espaços são essenciais para a sociabilidade da comunidade e podem ser vistos pela ótica do turismo convencional; por outro devem ser problematizados à luz das situações dos bolivianos em São Paulo. Afinal, eles só existem pela imigração que acontece nos termos antes descritos. Contudo, estão embrenhados em um disputado “tecido de múltiplos passados” (SARLO *apud* DIÉGUEZ, 2013, p. 222) que os torna capazes de falar para além de suas pedras. Os lugares conectados à comunidade – apesar da tendência em esconder seu passado difícil, como estão escondidos os imigrantes nas oficinas – podem conduzir nossas mentes a exercícios de alteridade e, assim, cooperar para que enxerguemos a vida dessas pessoas. Uma tarefa que, como anteriormente mencionado, não é fácil, e requer tanto o agenciamento dessas memórias nos lugares, quanto um olhar de arqueólogo. É necessário comparar o que vemos, com o que sabemos ser invisível (DIDI-HUBERMAN, 2014).

Se no caso de outras memórias de dor, como as relacionadas à violência de Estado ou a

catástrofes, são notáveis os movimentos em que a população exige os lugares como prova legal, de caráter simbólico e didático dos eventos ocorridos; com os bolivianos isso ainda não é possível. Embora o Ministério do Trabalho reconheça suas condições laborais como análogas à escravidão, eles não se identificam assim. Da amostra de cinquenta bolivianos entrevistados por Cymbalista e Rolnik (2010), apenas quatro esperavam ganhar mais do que recebem. Além disso, todos conheciam alguém no Brasil, sendo provável, assim, que soubessem o que encontrariam aqui. Todavia, os crescentes números migratórios demonstram que, para eles, talvez viver no Brasil seja ainda melhor do que voltar à Bolívia.

Já desde as políticas públicas, da academia e das artes, pode-se dizer que o problema cada vez ganha mais atenção. Dentre os exemplos emblemáticos que, embora bastante distintos, demonstram tais esforços estão o “Projeto participativo da rua Coimbra”, enquanto política pública e projeto urbanístico; as ações que realizam a Casa do Povo, e o trabalho da fotógrafa e antropóloga colombiana Erika Dietze “Sudários”, realizado em 2014 na Igreja do Glicério.

O “Projeto participativo da rua Coimbra” é um conjunto de medidas que visam regularizar a feira, renovar a rua Coimbra, no Brás, e, assim, transformá-la em um ponto turístico. Como parte da intervenção serão alargadas as calçadas, implantadas infraestruturas e novos mobiliários urbanos. À luz da feira japonesa da Liberdade, a ideia é torná-la “tipicamente boliviana”,¹⁰ por meio de ornamentos e estilizações característicos da cultura estrangeira: postes típicos de La Paz e Sucre, iluminação que atravessam a rua e, ainda, totens que explicam sua história. Desse modo, considerada desde então patrimônio dos bolivianos em São Paulo, pretende-se, segundo o cônsul Jaime Almanza (2014),¹¹ que a rua se torne “um pedaço da Bolívia” no Brasil.

Certamente a intervenção demonstra avanços notáveis e essenciais: o melhoramento espacial; o reconhecimento do Estado quanto à importância social e simbólica da feira; o esforço de ouvir a comunidade; e o empenho em transmitir conhecimentos – reconhecida, por exemplo, na ideia de implantar totens explicativos. Entretanto, cabe também problematizá-la em seus paradoxos, para que soluções futuras sejam aprimoradas. Ali, ao mesmo tempo em que a

comunidade exige uma aparição pública, um grande avanço nesse caso específico, certas escolhas voltadas para o turismo convencional tendem a dificultar o processo de assimilação entre bolivianos e brasileiros. Afinal, será que a intenção de criar “um pedaço da Bolívia”, como disse o cônsul Almanza – o que é certamente impossível – não isola em vez de incluir a comunidade no cotidiano da cidade? Nesse sentido, até que ponto a operação altera as estruturas a que os bolivianos são submetidos – razão da sua ausência no espaço público?

Pode-se pensar, por um lado, que, ao contrário da intenção inicial, os adornos, elementos típicos e totens – voltados para o turismo e, assim, para a propaganda de São Paulo –, cubram com embalagem de brilho inebriante (JAMESON, 1985), as problemáticas estruturas sociais atreladas ao lugar. Entretanto, essa visão também pode ser empobrecedora se tomarmos, por completo, o partido de Fredric Jameson, que acredita que o capitalismo, como um vírus epidêmico, chegou a tal ponto que dissolveu qualquer possibilidade crítica. Fundiu o econômico no cultural e o cultural no econômico, bem como transformou todas as formas de produção estética em propaganda – a qual atua como ponte entre os níveis culturais e econômicos. Na medida em que tudo é reduzido à forma, passamos a viver, para Jameson, em um mundo de superfícies, onde os significados não se conectam mais a um significante. Contudo, uma posição mais intermediária levaria em conta que a feira, voltada para o turismo tradicional, também pode contribuir para o acesso do imigrante ao mercado, levando-o a formas de empregos mais diversificadas. Ainda assim, por outro lado, há de se perguntar quem, de fato, se beneficiaria com isso. Será que os imigrantes ilegais, que atuam nesses termos precários, teriam condições de abrir um negócio próprio na feira ou atuariam em subempregos?

Essas respostas, ainda não temos. Porém, acredita-se que, de todo modo, torna-se necessária, para incluir os imigrantes de forma mais igualitária na cidade, a descentralização dessas memórias, ao contrário do que a proposta da feira exige. O imigrante não deve sentir-se “em casa” apenas na rua Coimbra. Nesse sentido, é possível que a configuração de uma rede de nexos indentitários estimulasse o boliviano a perambular pela cidade, colaborando para uma assimilação – deve-se ressaltar sempre conflituosa – entre as duas culturas. Segundo Robert Park

(1928) se o imigrante, à margem de seu país de origem e do país em que se encontra, é obrigado a olhar para onde nasceu e criar algo novo a partir do estranho, sua “invasão” na cidade, enquanto choque, quebra costumes e faz com que a sociedade também se reinvente. Em outras palavras, embora a assimilação não seja nunca completa ou pacífica, encarar o diferente permite construir novos parâmetros. Tomando o partido de Park, é possível que as relações entre bolivianos e brasileiros, hoje essencialmente econômicas, possam, assim, expandir-se para os campos culturais e sociais, atenuando preconceitos e violências.

Nesse sentido, a Casa do Povo,¹² instituição cultural judaica localizada no Bom Retiro, é emblemática por sua preocupação com as comunidades de imigrantes do bairro no qual está inserida. Um dos projetos ali desenvolvidos é o “Audioguia”: um *QR code* impresso numa folha de papel é grudado na porta do prédio da Casa do Povo, e, ao escaneá-lo com um aplicativo para celular, sugere-se ao visitante um percurso pelo bairro, acompanhado por depoimentos de diferentes imigrantes – judeus, coreanos, bolivianos e italianos –, os quais relatam suas memórias sobre os principais pontos da região. Propõe-se, assim, em vez de um turismo convencional, um memorial descentralizado. Quem ouve as pessoas, invisíveis é convidado a olhar para a cidade através dos trabalhadores, estudantes, imigrantes que constroem diariamente aqueles espaços. Nessa medida, o audioguia constitui como, nas palavras de James Young, um contramonumento, isto é, um espaço de memória concebido para desafiar os monumentos em seu sentido tradicional, buscando extrapolar para seu exterior e, assim, reforçando a qualidade dialética dos espaços de memórias que constituem o caminho proposto.¹³

Por fim, vale lembrar a instalação Sudários, realizada por Erika Diettes durante a Bienal de Teatro da USP em 2014, na Igreja do Glicério. No trabalho, a artista e antropóloga colombiana fotografou algumas mulheres de Antioquia, na Colômbia, enquanto narravam a morte de seus filhos, a qual foram obrigadas a assistir. “Os retratos, narrativas imagéticas, tirados em momentos cruciais da narração, congelam instantes de profunda tristeza, que a artista fixa a uma fina tela de seda, evocando a relíquia cristã do sudário, da Paixão e da Piedade”¹⁴ (DIÉGUEZ, 2015). Trata-se da captação de um fragmento de tempo que remete a uma realidade

de espectral. As imagens ali expostas não apenas estetizam aquelas memórias, mas se conformam por meio de um *pathos* que nos remete a tais relatos (DIÉGUEZ, 2013). Os vinte retratos impressos em mantos de seda foram pendurados em diversas igrejas do mundo, de modo que a intervenção se constrói enquanto uma obra itinerante, que atua nos entremeios das relações entre memória da dor arquitetura e espaço sacro.

É importante aqui compreender as relações que a obra estabelece com o espaço onde foi implantada. Como conta o Ferdinando Martins (2017), diretor do Teatro da USP, quando Erika Diettes e Ileana Diéguez (curadora da exposição) foram convidadas pela Bienal de teatro para elaborar o projeto em São Paulo, a única exigência era que acontecesse em uma igreja. Tendo isso em vista, foram sugeridas três que, de linha mais progressista, poderiam aceitar a intervenção. Dentre elas, a Igreja do Glicério que, por sua atuação política, despertou especial interesse da dupla. Vislumbraram ali a possibilidade de expandir os alcances da intervenção que, inicialmente, falava sobre as mães colombianas. Problematizar a Igreja do Glicério enquanto sítio específico significava mobilizar as camadas que se inscrevem não apenas na imagem, como também no lugar. As fotografias nos instigavam a procurar uma aproximação com o acúmulo de experiências ali presentes e, assim, a olhar para além delas (DIÉGUEZ, 2013). Os soluços que quase podiam ser ouvidos faziam questionar as razões das imagens estarem ali.

Trabalhos como esses, que investigam formas de iluminar as condições dos bolivianos em São Paulo, propõem novos caminhos de investigação da cidade. Como afirma Renato Cymbalista (2015), se em Paris, Nova York ou Milão, podemos percorrer os pontos monumentais da cidade, que ilustram os cartões postais e imagens que circulam pelo mundo, em São Paulo uma chave de entendimento possível é por intermédio dos lugares de memória e consciência. Lugares que, ao trabalhar as relações entre sítios específicos e a história social de determinados grupos da sociedade, busquem a larga escala de transmissão destes conhecimentos e a ampliação do território das práticas pedagógicas que levem ao respeito, ao cultivo das diferenças, e à afirmação de direitos humanos. No caso dos bolivianos, suas condições em São Paulo nos direcionam a um amplo leque de problemáticas relativas à imigração, ao gênero ou à etnia.

Nesse sentido, destaca-se a atuação do campo da arquitetura e do urbanismo que, cada vez mais, vem se mostrando uma ferramenta poderosa para a inclusão mais igualitária de grupos historicamente esquecidos. Afinal, segundo Gabi Dolff-Bonekämper (2002, p.4), embora mais complexos de ler, os lugares possuem respostas que não estão em arquivos, documentários ou textos. São carregados de um espírito, um *genius loci* que “[...] constantemente difícil de descrever, é perceptível para uma mente aberta, e faz com que as pessoas sintam que elas compartilham experiências passadas, como se tivessem um acesso direto à história” (DOLFF-BONEKÄMPER, 2002, p.4, tradução minha).¹⁵

Referências bibliográficas

- ABRAM, Ruth. *A coat of many colors: immigration, globalization, and reform in New York City's garment industry*. Nova York: Fordham University Press, 2005.
- ASSMANN, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New german critique*, n.65, p.125-134, primavera/verão 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única* (obras escolhidas II). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOLIVIANOS sofrem racismo, xenofobia e pobrefobia. *O estrangeiro*, jul. 2013. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2013/07/03/bolivianos-sofrem-racismo-xenofobia-e-pobrefobia/>>. Acesso em fev. 2017.
- COUTINHO, Beatriz Isola. Imigração laboral e o setor têxtil-vestuário de São Paulo: notas sobre a presença boliviana nas confecções de costura. *Redd: espaço de diálogo e desconexão*, v.1, n.4, p.1-16, jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5040/4178>>. Acesso em jan. 2017.
- CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n.17, p.119-133, mai. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8767>>. Acesso em jan. 2017.
- CYMBALISTA, Renato. *Projeto em políticas públicas*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, 2016.
- DI CORI, Paloma. La memoria pública del terrorismo de Estado. Parques, museos y monumentos en Buenos Aires. In: ARFUCH, Leonor. *Indentidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cortezas*. Santander: Shangrila, 2014.
- DIÉGUEZ, Ileana. *Cuerpos sin duelo*. Córdoba: Ediciones Documenta/Escénicas, 2012.
- DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of Hurtful Memory. *Conservation, The Getty Conservation Institute Newsletter*, vol.17, n.2, p.4-10, 2002.
- _____. Topografías del recuerdo y colectivos de memoria In: BIRLE, Peter et al. *Memorias urbanas en diálogo*: Berlín y Buenos Aires. Buenos Aires: Buenos Aires Libros Editorial; Heinrich Böll Stiftung, 2010.
- GORELIK, Adrián. *Seminário Ciudad y memoria*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2009.
- HUFFSCHIMID, Anne. Introducción: topografías en conflicto In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria (org.). *Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.
- HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991
- _____. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- _____. *Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos estudos Cebrap*, n.12, p.16-26, jun. 1985.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.
- JUDD, Dennis R.; SIMPSON, Dick (orgs.). *The city revised: urban theory from Chicago, Los Angeles, New York*. Minneapolis: University of Minesota Press, 2011.
- LACHINI, André. Grande São Paulo pode ter até 500 mil bolivianos. *Jornal Gazeta do Povo*, 16/02/2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/grande-sao-paulo-pode-ter-ate-500-mil-bolivianos-es0z58td2egmx78zzz8mk5npq>>. Acesso em jan. 2017.
- MARTINS, Ferdinando. Entrevista concedida à autora, 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO - Estado de São Paulo. *Mujer da vuelta la página*, 2012. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=11257747&id_grupo=118>. Acesso em fev. 2017.
- NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984 (vol. 1); 1987 (vol.2); 1992 (vol.3).
- PALHARES, Marcos. Kantuta: um território boliviano em São Paulo. *Revista Digital Fórum*, n.71, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/71/kantuta-um-territorio-boliviano-em-sao-paulo/>>. Acesso em jan. 2017.
- PARK, Robert. Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*. Chicago,

v.33, n.6, p.881-993, 1928.

VEZZETTI, Hugo. Memoriales del terrorismo de Estado en Buenos Aires: representación y política. In: BIRLE, P.; CARNOVALE, B.; GRYGLEWSKI, E.; SCHINDEL, E. (orgs.). *Memorias urbanas en diálogo*: Berlín y Buenos Aires. Buenos Aires, Buenos Libros Editorial/Heinrich Böll Stiftung, 2010.

SELLIGMAN-SILVA, Marcio. Auschwitz: história e memória. *Revista Pro Posições*, v.1, n.5. p.78-87, 2000.

SILVA, S. A. da. *Costurando sonhos*: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas, 1997.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações*, v.20, n.57, p.157-170, mai.-ago. 2006.

YOUNG, James. *Cuando las piedras hablan*. Buenos Aires, *Revista Puentes*, n.1, 2000.

_____. *The texture of memory: holocaust memorials and meaning*. New Haven: Yale University Press, 1995.

Sites visitados

PROJETO RUA COIMBRA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetoruacoimbra/>> Acesso em fev. 2017.

CASA DO POVO. Disponível em: <<http://casadopovo.org.br/>>. Acesso em fev. 2017.

II BIENAL INTERNACIONAL DE TEATRO DA USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/tusp/?portfolio=ii-bienal-internacional-de-teatro-da-usp>>. Acesso em fev. 2017

Vídeos consultados

Feira boliviana da rua Coimbra é regularizada pela Prefeitura. *Jornal da Gazeta* [22/11/2014]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CggBzls-8QE>>. Acessado em fev. 2017

Rua Coimbra é reconhecida como patrimônio dos imigrantes bolivianos. *Jornal Rede TVT* [28/11/2014]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7vb__JtrKI8>. Acessado em fev. 2017

Entrevista com Ronald Soto, organizador da Alasitas no Parque Dom Pedro II. *Jornal Folha América* [17/01/2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITOGUm_PE9o>. Acesso em fev. 2017

Notas

1. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2016).

Atualmente é aluna de pós-graduação da FAU-USP e atua no coletivo de percursos urbanos SP Safari.

2. A vertente culturalista do urbanismo estabeleceu-se, primeiramente, por meio do pensamento de William Morris, Camilo Sitte, Carlyle, Pugin e Ruskin, em contraposição à cidade

moderna do século XX. Segundo eles, os espaços da cidade moderna estavam deteriorando-se devido a perda dos valores históricos. Desse modo, se foi proposto um urbanismo que valorizasse o passado das nações a partir da imagem de uma nova cidade.

3. Contudo um lugar de memória só o é para aqueles que viveram no lugar, que têm suas lembranças ali. No caso dos que não viveram, a memória é substituída pela aprendizagem (Dolff-Bonekämper, 2010). Quem visita esses sítios recorda por “estações” de memória que, em conjunto, conformam caminhos e percursos que permitem o acesso às recordações individuais. Formam-se assim topografias, caminhos em trama, compostos por essas etapas de aprendizagem (Dolff-Bonekämper, 2010, p. 29).

4. No âmbito da crítica, tratava-se de um cenário em que, mediante os eventos atrozos que caracterizaram o século das grandes guerras, diversos pensadores cada vez mais questionavam os modelos de análise monumentalizantes, tão característicos da historiografia do século XIX (SELLIGMAN-SILVA, 2000, p.80), recusando uma construção histórica pela perspectiva que os vencedores propunham, em contrapartida, reflexões ditas a contrapelo (BENJAMIN, 1994).

5. Deve-se atentar ao uso do termo, pois, segundo Hugo Vezzetti (2007), nem toda situação catastrófica desenvolve um trauma. Frente à colocação utilizado, na maioria das vezes, o termo memórias dolorosas.

6. Assim, “à medida que eles vão se estabelecendo na cidade, inicia-se um processo de reunificação familiar, com a vinda de irmãos, parentes e pais, muitas vezes pessoas oriundas do campo e com pouco domínio do espanhol” (SILVA, 2006, p.160).

7. Em um contexto de aumento do fluxo migratório na cidade de Chicago, o autor – um dos fundadores da Faculdade de Sociologia de Chicago – analisou o convívio entre diferentes comunidades que lá se instalavam no começo do século passado. Certamente, desde então as dinâmicas migratórias alteram-se radicalmente, especialmente com o advento da globalização, estimulada pelas novas tecnologias. Contudo, o pensamento de Park ainda é, em muitos aspectos, bastante atual e nos auxilia na análise do presente caso. Para uma boa revisão do pensamento da Escola de Chicago, ver JUDD (2011).

8. Com a “invasão” de novas culturas, há uma quebra do “bolo de costumes”, tanto da cultura do imigrante quanto do nativo. Desse modo, o efeito da migração e da mobilidade em seu caráter dual é “secularizar relações que estão formalmente sacralizadas” (PARK, 1928, p.88). Por um lado, ao mesmo tempo em que isso liberta o indivíduo para novas iniciativas e assimilações, amenizando possíveis preconceitos, por outro tem como consequência a formação de um caráter instável do imigrante, que se encontra no conflito entre duas culturas distintas, que nunca estarão completamente fundidas. Como o “estranho” descrito por Georg Simmel, citado por Park (1928), o homem marginal é aquele que permanece, mas não está acomodado, é sempre um potencial perambulador.

9. Entretanto, é importante ressaltar que “é possível que estejamos ante um fenômeno de desconcentração dessas oficinas, que

poderia estar acontecendo por razões de segurança (medo de ser descoberto pela polícia) ou em busca de aluguéis mais baratos” (CYMBALISTA; ROLNIK, 2010).

10. Rua Coimbra é reconhecida como patrimônio dos imigrantes bolivianos.

11. Em declaração no vídeo institucional do projeto na página do Projeto Participativo da Rua Coimbra no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetoruacoimbra/>>. Acesso em fev. 2017.

12. Trata-se de uma associação cultural fundada em 1946 pela comunidade judaica progressista em homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial, que atualmente é um lugar de memória e um centro cultural.

13. Audioguia leva ouvinte por passeio entre histórias faladas do Bom Retiro. *Jornal Folha de São Paulo*. [01/08/2015]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/08/1661882-audioguia-leva-ouvinte-por-passeio-entre-historias-faladas-do-bom-retiro.shtml>>. Acesso em fev. 2017.

14. Portfolio II Bienal Internacional de Teatro da USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/tusp/?portfolio=ii-bienal-internacional-de-teatro-da-usp>>. Acesso em fev. 2017.

15. No original: “[...] *buildings, sites, and landscapes, in their shape and material substance, are precious witnesses to history. They contain answers to questions that we may not have considered but that our children might. As three-dimensional objects, they are more complex than a written source, although less easy to read. And the genius loci – the spirit of the site – is often hard to describe but doubtlessly perceptible to the open minded, and it makes people feel that they share past experiences, as if there were a direct access to history*” (DOLFF-BONEKÄMPER, 2002, p.4).